



ARTIGO DE REVISÃO

VISÕES DA EDUCAÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

AUTORES: ANDRÉ LUIZ PADILHA COSTA¹; ADRIANA MARA PIOVEZAM¹; ELIANE SOUZA¹;
GABRIELA DUARTE COSTA¹; ROBERTO DA SILVA GUSMÃO^{2,A}

¹Discentes da Faculdade Flamingo – São Paulo – Brasil.

²Docente da Universidade Anhanguera Educacional – São Paulo – Brasil.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a visão da educação frente a alfabetização de jovens e adultos no Brasil, com base nas vertentes de pesquisas em livros didáticos, análises de documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), artigos, internet, autores célebres como Paulo Freire. Por meio das informações obtidas em levantamentos bibliográficos e documentais, analisaremos e apresentaremos ao leitor de maneira tangível a existência de uma grande lacuna no ensino desses jovens e adultos nos dias de hoje. A educação fragmentada sem o apoio das instituições públicas e privadas, geram obstáculos contínuos para a sociedade do século atual, sem investimento, engajamento político e com um currículo excludente, o desejo desses iletrados em querer aprender fica num mundo abstrato e a educação deixa de existir passando a ser considerada eufemismo. Sendo necessário também que os educadores como qualquer ser humano tenham incentivos e constantes reciclagens de metodologias para que a adesão ao lecionado seja de maneira integralmente absorvido pelos educandos a torná-los participativos.

Palavras Chave: Educação, Adultos, Engajamento, Integralmente, Participativos.

ABSTRACT

This article aims to analyze the vision of education regarding the literacy of young people and adults in Brazil, based on the strands of research in textbooks, analysis of official documents from the Ministry of Education and Culture (MEC), articles, internet, famous authors like Paulo Freire. Through the information obtained in bibliographic and documentary surveys, we will analyze and present to the reader in a tangible way the existence of a great gap in the teaching of these young people and adults today. Fragmented education without the support of public and private institutions, generates continuous obstacles for the society of the current century, without investment, political engagement and with an exclusive curriculum, the wish of these illiterates to want to learn remains in an abstract world and education ceases to exist becoming an understatement. It is also necessary that educators like any human being have incentives and constant recycling of methodologies so that adherence to the lecturer is fully absorbed by students to make them participatory.

Keywords: Education, Adults, Engagement, Integrally. Participative.

^AAutor correspondente

Roberto da Silva Gusmão – E-mail: farmaceutico.gusmao@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5546-2366>

DOI: <https://doi.org/10.46675/rbcm.v1i2.19> - Artigo recebido em: 12 de julho de 2020; aceito em 20 de setembro de 2020; publicado em 30 de setembro de 2020 na Revista Brasileira de Ciências Biomédicas, disponível online em www.rbcm.com.br. Todos os autores contribuíram igualmente com o artigo. Os autores declaram não haver conflito de interesse Este é um artigo de acesso aberto sob a licença CC - BY: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

INTRODUÇÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos - Na era da colonização em meados de 1.500, quando os Jesuítas possuíam como rotina acompanhar as expedições de escravos e, conseqüentemente, os educavam ministrando cursos de catequese durante as viagens com aconteciam com a leitura de passagens bíblicas. Muitos buscavam, naquela ocasião, o entendimento dos símbolos e sinais que se tornaram um tipo de linguagem em algum momento da história. Os jesuítas ao desembarcarem e ao serem alocados em pequenas vilas ou tribos mantinham as primícias da educação para os índios adultos, com o objetivo de difundir a fé católica junto ao exercício educativo. Prática que mais tarde foi interrompida pela resistência dos índios que durou alguns anos por não aceitarem as exigências imposta pelo colonialismo (HILSDORF, 2003).

Do momento da resistência dos índios daquela época até os dias de hoje, enfrentamos diariamente na educação o “fantasma” cujo nome é o analfabetismo funcional, que incapacita as pessoas de compreender e decodificar símbolos, letras, frases, textos curtos e se relacionar com outras pessoas. Podemos ainda acrescentar a lista a incapacidade de interpretar textos simples, lógica ou ainda realizar operações geométricas e funções matemáticas básicas (HILSDORF, 2003).

Atualmente vivemos a era digital e pós digital em que mudanças nos meios de se relacionar, viver, aprender até fazer simples tarefas do cotidiano sofrem mudanças contínuas e progressivas (MUNHOZ, 2017).

Os avanços nos levam cotidianamente para atalhos que servem de fuga do conhecimento assim como as águas de um rio procuram o caminho mais fácil conferindo a seu trajeto fluidez (MUNHOZ, 2017).

Deparamo-nos com jornais, artigos e meios de comunicação com milhares de brasileiros que encontram dificuldades no ensino, sejam pelos moldes educacionais obsoletos, penúria pessoal, dificuldades financeiras ou ainda a presença de patologias que tornam a adesão mais inatingível como as síndromes mal diagnosticadas. Todos os fatores ignorados sejam eles pelo descaso político ou social. Em pleno séculos XXI, são vendados os olhos para uma massa ignorada que constituem quase 7% da população brasileira inaudível por serem apedeutos (NEGREIROS, 2019).

É elegível e necessário que o número de pesquisadores discorra sobre o tema, que inspiramos matricialmente no precursor da classe Paulo Reglus Neves Freire e a pontuarmos que assim como a pedagogia é a ciência que consiste em sistematizar a educação infantil e adulta. Sendo assim, a andragogia é a ciência que se encarrega de orientar

a educação de jovens e adultos que recebeu a nomenclatura de EJA (FREIRE, 2010).

Refletir sobre a complexidade da EJA, propõe um olhar sensitivo para reconhecer suas potencialidades, modalidade de ensino garantida e amparada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), citando que, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. (Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 art. 37)”. (HILSDORF, 2003, p. 130).

Amparados pela LDB e embasamento de muitos pesquisadores ao tratarmos de um assunto de tamanha proporção, entende-se que a hipótese no processo educativo pelo visão de Freire subsidiará fundamentos significativos para este artigo, tendo como base a formação de alunos cidadãos, em meios que estes se insiram na sociedade com autonomia de sua história, transformando a si e o mundo (FREIRE, 2010).

O objetivo geral desta pesquisa, deve fomentar subsídios há quem se dedica a contribuir com os interesses da EJA de um povo segregado sem o apoio socioeconômico e político.

Os objetivos específicos, permeiam a história e cultura brasileira da EJA, e são: investigar as realidades e problematizações vivenciadas; analisar dados estatísticos, teorias do currículo, relação e comprometimento que os pedagogos constroem para uma educação transformadora que dirimem dúvidas de seus aprendizes.

Os métodos e abordagens utilizadas para este artigo são os históricos comparativos dos estudos e registros, compreensão e crítica, problematização da realidade, análise de dados a partir de pesquisas bibliográficas, formulários da comunidade do meio social inserido, contribuições livrescas bibliográficas de célebres autores e pesquisadores e ainda documentos brasileiros legislativos vigentes.

Para Freire (2000, p. 67). “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, sabe-se que é, com um substancial educação que se constrói e se mantém uma nação pelas relações, pela democracia e com afetividade garantindo que todos tenham os mesmos direitos como ampara a Lei.

Histórico cultural: uma compreensão do desconhecido

Na História da Educação podemos compreender diversas mudanças ao longo do tempo, pois ela proporciona o conhecimento do passado, tornando necessário estudar seus mais diversos contextos, a partir disso, podemos perceber a importância da educação na sociedade e na formação cultural, social e econômica.

Agregar a história da educação brasileira como

principais mentores os responsáveis pela colonização brasileira identificando em meio adverso com as missões jesuítas, e as reformas pombalinas, mas também depois da Independência, com a construção da ordem social feita sob o período imperial e com a oferta proativa organizada pelo projeto educacional republicano: dedicação contínua de fazer das realizações no campo escolar uma conquista social (HILSDORF, 2003).

Na história do Brasil é possível identificar as dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino, desde a época em que os jesuítas eram responsáveis pela educação da catequização dos índios, deu-se o início de uma educação de jovens e adultos, nesta era do Brasil Colônia, pelo decreto nº 7.031 de 06 de setembro de 1878, contudo se ensinavam de acordo com as necessidades para atender uma economia do momento, além de ser um ensino totalmente acrítico e alheio à realidade da vida da colônia, foi aos poucos se transformando em uma educação de elite e, em consequência, num instrumento de ascensão social (HILSDORF, 2003).

Depois do decreto foram criados cursos que eram ministrados a esses adultos analfabetos em período noturno, só para os homens e em escolas públicas de educação elementar no município da corte (HILSDORF, 2003).

No início da década de 1960, que a Educação de Jovens e Adultos, começou a se delinear e se constituir como política educacional. Começando a alicerçar uma educação com base em um indivíduo histórico social, em que se desencadeou a desigualdade social por se estender um legado pernicioso desde o século passado (HILSDORF, 2003).

Desde a segunda guerra mundial surge a volta da democracia e vale ressaltar que com ela, a educação tem ficado a contento do estado, porém vem sendo penalizada por ser uma educação tardia fora da sua idade adequada, em que muitos destes adultos já são acometidos por diversas barreiras que comprometem ao seu aprendizado e em inúmeros casos destinada ao insucesso (HILSDORF, 2003).

A educação em pleno século XXI mesmo sendo amparada pela lei, alicerçadas em uma vertente freiriana, voltado à libertação, ao amor e ao afeto não são suficientes com os meios que dispomos para enfraquecer um sistema que carregamos com versões de séculos passados para suprir e exterminar de vez essa classe oprimida.

No presente, podemos constatar que essa educação é pautada na pedagogia, com práticas e técnicas, ministradas em salas de aula preparadas, voltadas para o indivíduo com uma construção da leitura e da escrita (FREIRE 1982).

Contudo a educação de jovens e adultos vem sofrendo desde o Brasil colonial, inúmeras mudanças em suas nomenclaturas e aprimorando suas técnicas para a inclusão

dessa classe menos afortunada, porém com a falta de incentivo político, um currículo não equiparado, para a classe em questão, e as necessidades da vida adulta. Muitas turmas construídas sofrem evasão e, com isso, ainda não se conquistou uma baixa efetiva dos analfabetos que possa substancialmente contribuir para uma sociedade transformadora como nos preceitos de Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981. p.79).

Construção de um novo projeto histórico

Tivemos no Brasil em décadas passadas algumas iniciativas que norteavam essa educação de jovens e adultos, desde 1970 o governo federal vem implementando cursos destinados a essa população com apoio de iniciativas privadas e alguns modelos e adaptações vem se mantendo até hoje.

Um dos primeiros a surgir que propunha uma alfabetização com base na leitura e escrita foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tinha por objetivo o compromisso de suprir o conteúdo da primeira série do ensino fundamental, como foi um programa macro e não se resumia somente a São Paulo teve suas práticas estendidas por alguns estados, levando a visão de uma alfabetização funcional e o compromisso de diminuir os analfabetos em dez anos com base militar no regime de 1964, que surgiu para inibir propostas anteriores que eram uma ameaça à ditadura, pois duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico (BANDEIRA, 1986).

O Mobral foi uma prática que teve seu destino findado e seu modelo muito criticado, foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem e seu programa foi extinto em 1985 (BANDEIRA, 1986).

“A participação popular é um processo efetivo de educação de adultos, pois desenvolve e fortalece a consistência da cidadania da população, para que ela assume o seu papel de sujeito da transformação da cidade. Para isso, o essencial é que a população, organizada ou não, compreenda minimamente o funcionamento da administração, a elaboração do orçamento e as leis que regem a administração pública e também limitam a ação transformadora” (GADOTTI, ROMÃO, 2011. p.108).

Os moldes em que se constitui o analfabetismo limitam a ação transformadora, interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não

igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveria partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los, que integrasse o indivíduo à sociedade e permitisse melhores condições de vida, para um efetivo processo transformador, com práticas efetivas e apoio integral.

Apesar de a EJA permear diversos documentos como a Constituição de 1988, a LDB de 1966 e a BNCC de 2018, nada de novo é encontrado neles que transforme a realidade das práticas pedagógicas direcionadas ao aprendiz adulto, tão pouco que se vislumbre a redução do índice de analfabetos neste país.

Problematização acerca de uma realidade

Contradizendo as pesquisas, pouco ou quase nada substancialmente foi acometido para elevar a luta dos jovens e adultos analfabetos que vivem em constante penúria, compondo a massa majoritária no país com tamanha desigualdade, num sistema economicamente com poucas deliberações sociais quando não se faz de interesse do poder político.

Desinteresse esse, que é plausível, pois uma educação bem planejada politicamente auxilia intensamente no desenvolvimento da sociedade, enquanto uma pátria educadora traz muitos benefícios e resultados para o país, como afirma (SAVANI, 1985, p. 88), “*Toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa*”. Embasado no fator sócio econômico uma massa pensante e crítica, vai de encontro aos interesses de um seletivo grupo privilegiado detentor do poder e mantenedor das cátedras de um currículo excludente, que prolifera uma engrenagem sistêmica desde os anos renascentistas no século XV, quando se verbalizava a projeção de uma educação humanista, rompendo com a vida auto flagelada da Idade Média com a proposta de uma vida bem-fadada. (HISDORF, 2003).

Após passado quase meio milênio dos enunciados do século XV, apura-se que muitas foram as prerrogativas que levantaram a questão desses distanciamentos entre as classes, como o movimento de 1964, que desenvolvia no Brasil, abrindo-o aos monopólios internacionais. Isto quer dizer que as necessidades da população brasileira se colocavam em segundo lugar, ficando em primeiro os interesses do mercado externo, dominado por estrangeiros. Implicando ao longo das décadas 60 e 70, buscar importar teorias como a do “capital humanizado”, que seria uma espécie de processo de investimento para a educação escolar, em que se investir nos trabalhadores lucraria se com os rendimentos obtidos, porém algo que beneficiou

mais uma vez os geradores do que os assistidos (HISDORF, 2003).

O que se propaga nos territórios brasileiros décadas após décadas, são manipulações, promessas e garantias infundadas que mantêm a classe opressora e omissa predominante como refém, alheia as engrenagens sistêmicas que levam aos altos índices do analfabetismo, por esses iletrados terem que forçosamente, optarem entre trabalhar ou estudar. Como já são enveredados pelo sistema patriarcal, enviam-se a grande massa sempre pelo trabalho, pois as necessidades básicas próprias ou familiares ecoam mais alto.

Levando-se em conta o aumento dessa massa populacional, com o avanço das tecnologias, a velocidade das informações, e a renda per capita, derradeiramente esse discurso de uma educação humanizada não se auto propaga, pois o cenário vem mudando para a educação de jovens e adultos a contento irrelevantes e se intensificando até a atualidade cada vez mais irreversivelmente, quando muitos ainda, vão para as tumbas sem proferir o desconhecido nome das letras, o que nos remete a estatísticas de quase 7% de uma população de 230 milhões de brasileiros serem analfabetos. Números aviltantes que seria possível demonstrar um país, com essa população de quase 16 milhões de analfabetos e indivíduos inaudíveis que vivem às margens do infortúnio.

Considerando a Constituição de 1988, salvaguardados pelas Leis, mas sem a notória “obrigatoriedade” do seu cumprimento, sabe-se que a educação não atinge as devidas proporções das grandes massas, somente pelos discursos e boa vontade dos pesquisadores, quando se discute os regimes e teorias do currículo em modelo vigente, desde a década de 60 quando aparecem as exposições reflexivas do estamento das estruturas educacionais tradicionais, já motivando um engajamento com movimentos de mudanças em todo o mundo (SILVA, 2016).

Dados os protestos estudantis na França e em várias partes do mundo, como os movimentos civis nos Estados Unidos, protesto contra guerra do Vietnã, movimento da contracultura, feminista, liberação sexual, as lutas contra a ditadura no Brasil e a era que a literatura inglesa nomeia de “nova sociologia da educação”. Contundentes tentativas de revoluções que enfatizam a importante contribuição de Paulo Freire, as ponderações dos franceses Althusser, Bourdieu e Passeron, Baudelot e Establet, que buscam ao mesmo tempo inovar um modelo educacional tradicional pelas críticas do currículo, que se sobrepõem a um modelo de permanência de um currículo que super valoriza o status quo, que se perpetua pela ideologia disseminada entre os

que deveriam exterminar com essa estrutura suscetíveis a falta de alfabetização, dentro das próprias instituições e com o poder do curriculum entre as relações. (SILVA, 2016).

Nessa perspectiva, o desinteresse político que salta nossas pupilas, na eminente estrutura de classes conservadoras e a persistência que brota da permanência de um currículo excludente, o nosso celebre precursor expõe que, a questão que se coloca a nós, enquanto professores e alunos críticos e amorosos da liberdade, não é naturalmente, ficar contra a avaliação, de resto necessário, mas resistir aos métodos silenciadores com que ela vem sendo, às vezes, realizada.

Como legado, Freire nos deixou saberes em sua coletânea, inspiração enfática contra uma “civilização burguesa”, montada pelo capitalismo por ocuparmos a posição de críticos pensantes, a obrigatoriedade que temos juntos aos pioneiros contribuintes, de dar a nossa contribuição, com as práticas de um professor “bem preparado” para equacionar essa questão socioeconômica e política (FREIRE 2010).

A crítica também contundente a muitos professores que propagam um discurso inovador do “belo”, mas contribuem para assolarmos dessa inercia na educação, com suas ações comodistas de um professor bancário que reproduz a permanência desses alunos depositários. Maquiando e mantendo-se em práticas ou ensinamentos tradicionalistas, tecnicistas e mecanicistas, proliferando o perfil opressor.

Esses professores devem repensar, quando se atribui somente ao sistema a alfabetização desses aprendizes pela memorização do que se deseja aprender pelas necessidades dessa sociedade iletrada e não aprender pela necessidade de conhecer verdadeiramente o sentido de tornar-se autor da aprendizagem pelo conhecimento, quando se aprende determinando tudo o que almejamos conquistar os formandos críticos, inteligentes e livres da opressão imposta. (FREIRE, 1993).

Quando eu aprendo a compreensão do objeto em lugar de memorizar o perfil do conceito do objeto, eu conheço o objeto, eu conheço o objeto, eu produzo o conhecimento do objeto. Quando o leitor alcança criticamente a inteligência do texto e se torna coautor desta inteligência. Não fala dela como quem apenas dela ouviu falar. O leitor trabalhou e retrabalhou a inteligência do texto: por isso ela não estava lá, imobilizada, à sua espera. Nisto se encontra o difícil e o apaixonante do ato de ler. (FREIRE, 1993, p. 44)

Não se deixam por menos muitas instituições escolares pública ou particular que com seus coordenadores, mantenedores e gestores vão de encontro às aclamações da

comunidade, quando são alheias às necessidades comuns (FREIRE, 1993).

As mesmas diretrizes que nos permite a peregrinar que a rigorosidade metódica são fatores essenciais para ensinar são as mesmas que nos fazem aletradar, pois em seu papel na função de educador é fundamental evitar as inclinações ideológicas, a construção do intelectual memorizador que se propõem a recitar 10, 20 livros, decorar tabuadas sem saber o destino, reproduz-se fiel às normas sem ser capaz de ser crítico por pensar mecanicamente (FREIRE, 2010).

O que nos estimula a pensar quando o nosso precursor aponta que só na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo (FREIRE, 2010).

São alguns dos parâmetros que todo educador deve trilhar na construção crítica de seus aprendizes, independentemente da idade apropriada para aprender (FREIRE, 2010).

Para almejar um mundo menos opressivo, mais equacionado, menos distanciamento entre as classes e a inclusão desses iletrados, deve-se repensar os moldes propostos dessa educação de imediato e as ações no século XXI, que nos obrigam como educadores que somos.

A educação de jovens e adultos (EJA) e suas estatísticas

A diminuição nas ofertas de vagas para a EJA

Os estudos estatísticos da última década vêm demonstrando números preocupantes, evidenciando o descaso com a EJA, em que as instituições que disponibilizam este recurso educacional estão com suas ofertas de vagas cada vez mais escassas. O **gráfico 1** representa a deficiência nas ofertas de vaga para a EJA em nível nacional (INEP, 2019).

Podemos observar uma redução média de 34%, tendo a maior perda no estado do Ceará com 54,1%, seguidos pelos estados de Roraima com 51,2% e São Paulo com 49,1%. Apenas o Distrito Federal teve um aumento na disponibilidade das vagas oferecidas (INEP, 2019).

No **gráfico 2** é possível observar que mesmo com o aumento do número de vagas das escolas para nível fundamental e médio, as ofertas de vagas para a EJA diminuem consideravelmente nos últimos 10 anos (INEP, 2019).

Gráfico 1 - Percentual nacional oferta da EJA em queda.

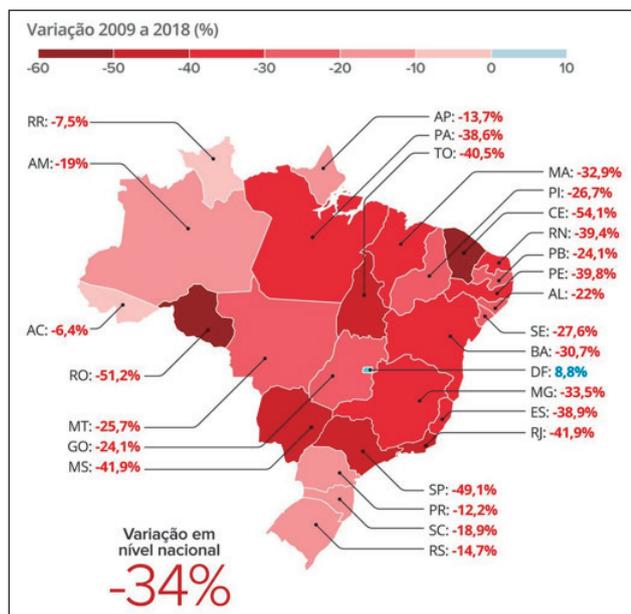


Gráfico 1: Fonte: INEP senso da educação (2009 2018) infográfico elaborado em 12/02/2019.

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.ghtml>>

Gráfico 2 - Número de escolas da EJA caem 34% em 10 anos.

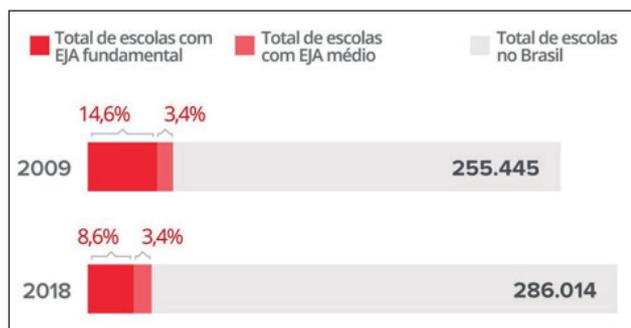


Gráfico 2: Fonte: INEP senso da educação (2009 2018) infográfico elaborado em 12/02/2019.

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.ghtml>>

Como consequência do fechamento das turmas, atualmente as pessoas com mais de 15 anos que não terminaram o ensino fundamental só podem encontrar cursos em 8,6% das escolas no país. Ou contar com projetos como Telecurso 2000, hoje apresentado pela TV Cultura de

segunda a sexta-feira, às 05h45min. (TV CULTURA, 2020).

Aluno da EJA “vale menos”

No Brasil, o que pode dificultar ainda mais o processo de escolarização das atuais gerações de adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio, além do acesso mais difícil, o financiamento público das turmas de EJA, que historicamente é o menor entre todas as modalidades da educação, também teve o menor crescimento entre 2009 a 2018 (FUNDEB, 2019).

Dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) mostram que, em 2009, o valor por aluno anual estimado para o EJA foi de R\$ 2.167,03, considerando o valor corrigido pela inflação IPCA (G1. GLOBO.COM, 2019).

Para 2019, esse número subiu até R\$ 2.870,94. Apesar do avanço, essa é, atualmente, a única modalidade de ensino em que cada estudante recebe menos de R\$ 3,5 mil do poder público (FUNDEB, 2019).

Gráfico 3 - Financiamento público para a educação brasileira.

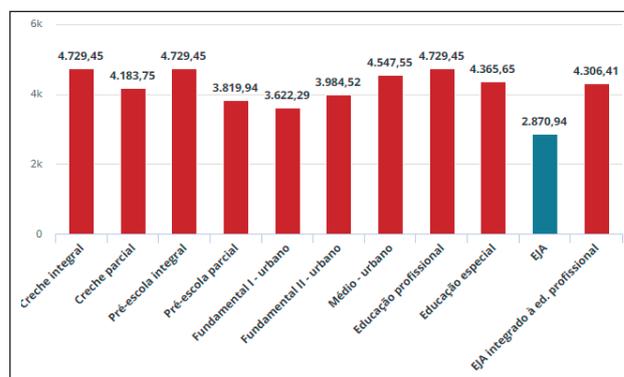


Gráfico3: Fonte: Fundeb 2019 - Valor por aluno anual estimado do Fundeb de algumas modalidades de ensino para 2019.

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.ghtml>>

No gráfico 3 é possível observar o baixo investimento da educação destinada à EJA, menos de 1% da verba destinada a educação é repassada para a EJA.

Prioridade Política

Segundo a FUNDEP em 2009 os investimentos em

creche e a EJA são semelhantes, porém ao passar de uma década podemos observar no gráfico 3 que os investimentos em creches estão com os maiores índices de investimento (G1.GLOBO.COM, 2019).

“O gestor público acaba preferindo investir na educação de crianças porque tem mais pressão social, jurídica e legal para fazer isso”, afirma Roberto Castelli Junior, coordenador adjunto da ONG Ação Educativa.

Estima-se que existem cerca de 16,1 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, número que pode ser ainda maior, pois em todo território nacional existe uma vasta área rural, na qual o acesso à educação é ainda mais comprometido (NEGREIROS 2019).

O papel do pedagogo na educação de jovens e adultos: construindo uma educação transformadora e disruptiva

Considerar as perspectivas, uma educação transformadora requer um olhar com criticidade sobre os indivíduos formadores envolvidos, seus saberes, fazeres e práticas. De acordo com o artigo nº2 da Resolução CNE/CP Nº1, de 15 de maio de 2006, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006 p. 1).

Portanto, ao se graduar em licenciatura em pedagogia, este profissional estará habilitado a atuar no campo de alfabetização e anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. É importante dar destaque, ao fato de que grande parte destes profissionais têm preferência de atuação nas áreas infantis, o que lamentavelmente ocasiona carência de profissionais ativos e atualizados na educação de jovens e adultos.

Refletindo sobre a relevância da andragogia que se manifesta na análise etimológica do termo, que é original do vocabulário grego: *andro* = adulto e *gogos* = educar. Contextualizando então o termo andragogia, este se refere a uma metodologia ou estratégia voltada à aprendizagem de adultos. É cabível esclarecer que para as atividades escolares direcionadas para este público, o professor passa a ser orientador ou facilitador na ação e prática docente. É também primordial que professores e gestores tenham maior compreensão sobre como esses adultos aprendem, para que

sejam criadas experiências verdadeiramente condizentes com as concepções da andragogia. (MUNHOZ, 2017).

Frente às desigualdades sociais, vividas pela população brasileira, corriqueiramente, ao passo que investimentos econômicos abundam em áreas de produção e acúmulos de riquezas que jamais darão benefícios ao segmento dos oprimidos e excluídos. Criam-se situações concretas de alienação cultural, que nos coagem a repensar em uma composição da organização curricular que potencializa e desenvolva o aspecto crítico e reflexivo do professor, em decorrência dos demais protagonistas da educação, como especificidade a educação de jovens e adultos, que por sua vez, são excluídos do direito ao acesso da educação considerada de qualidade no contexto da comunidade, de suas vivências. (BARCELOS E DANTAS, 2015).

Ao longo dos projetos instituídos na educação de jovens e adultos no Brasil, podemos notar a criação de programas emergenciais e campanhas marginalizadas, isoladas, desvinculadas do sistema educacional em sua complexidade, mesmo que por algumas vezes, momentos importantes protagonistas de movimentos sociais que mobilizaram a busca pela justiça social, equidade e democracia (NEGREIROS, 2019).

Nos dias atuais, as concepções e características vinculadas a educação de jovens e adultos, possui dimensões significativas perante novos desafios sociais, políticos e culturais. Para Freire (1997) o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola. Em vista disso, percebemos que o papel e o comprometimento da educação devem pontualmente ser traduzidos em um compromisso com a liberdade, formação de exercício de cidadania, totalmente contrariada a exclusão social.

Na perspectiva das práticas escolarizadas, o pedagogo assume o papel de especialista em educação que deve direcionar a ação educativa, articulando o contexto escolar, com a unidade de trabalho aos processos político-pedagógicos. O professor de educação de jovens e adultos deve se superar no exercício do ensinar, para isto, requer uma complexa reflexão, para proporcionar uma “educação libertadora” que resgate a cidadania do indivíduo, considerando que só dessa forma o homem faz sua história, muda o mundo de forma livre, buscando inserir o indivíduo na sociedade, convivendo com seus semelhantes, pensando sua existência e transformando sua realidade (FREIRE, 1982).

A proposta protagonista, traçada em metodologia ativa,

denominada pedagogia maiêutica, o facilitador assume seu papel, ajudando o aluno a encontrar por si mesmo a solução de problemas, provocando a transformação do currículo e de seu conteúdo. Na perspectiva do “aprender fazendo”, é potencializada a capacidade de ação efetiva por parte do aprendiz e acentua a experiência anterior do aluno, que é levada para o ambiente de ensino, dando-lhe maior segurança e tornando a fixação da aprendizagem mais efetiva, como assevera.

A realização de uma análise a luz do método de alfabetização de Paulo Freire que é destinado a educação de jovens e adultos e parte da reflexão em torno da realidade local precedida da escolha de palavras significativas/temas geradores para o cotidiano do alfabetizando, valorizando o seu universo vocabular. A relevância então de reconhecer que o processo das relações humanas envolve delimitações de uso do espaço, das fontes de vida, no meio natural da alimentação de qualidade, da água potável, dos espaços de lazer e de moradia (BARCELOS e DANTAS, 2015).

Dessa forma, o papel exercido pelo pedagogo na educação de jovens e adultos visa levar em conta o repertório dos educandos com o apoio de toda equipe pedagógica, a qual proporciona um suporte que contribui para o fortalecimento da auto imagem dos sujeitos envolvidos no processo da aprendizagem que por tantas vezes se sentem desvalorizados, reflete que muitas vezes isso acontece pelo “auto desvalia” e pelo “fatalismo” (1997). Ou seja, são questões que afetam os menos favorecidos e que acaba influenciando no seu futuro profissional e como cidadão crítico pensante (FREIRE, 1997).

Considerando a valorização da aprendizagem adquirida pelo jovem e pelo adulto, é necessário que ela seja um agente transformador, capaz de provocar mudanças efetivas e reais. Inspirar pessoas a enxergar o mundo de maneira distinta e com criticidade gera diferentes comportamentos e formas de agir em diferentes contextos. Contudo, transmitir o conteúdo é uma condição necessária, bem como dar ao educando a oportunidade de escolher esse conteúdo entre uma série de opções. É na experimentação e na reflexão que novas definições se transformam em conceitos e estes consolidam novos conhecimentos.

A partir do trabalho diário desenvolvido na educação de jovens e adultos, é possível perceber que para atuar neste seguimento, o professor deve estar convicto de suas aptidões para a pesquisa e estar aberto para novos conhecimentos.

Neste contexto, Freire afirma que a partir do momento em que buscamos o conhecimento, este deve derivar-se do ensino, do aprendizado com a docência. Porém, produzir conhecimento só se dá por meio da pesquisa, do instinto de se informar, da vontade de ir atrás das indagações

e dessa forma construir meios para chegar próximo do conhecimento da verdade. O referido autor infere que “toda docência implica pesquisa e toda pesquisa implica docência” (FREIRE, 1997, p.192).

Quanto aos projetos de aprendizagem desenvolvidos na educação de jovens e adultos, é proposto partir do princípio da realidade, saberes e culturas dos alunos, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos. A partir dessa linha de pensamento, podemos colocar em prática reflexões de problematização e contextualização da sociedade que os educandos compõem, como ferramenta potente de ensino, visando sua formação integral (NEGREIROS, 2019).

É evidente então, a importância da formação do professor para trabalhar nessa modalidade de ensino, pois na educação de jovens e adultos, deparamo-nos com aprendizes que possuem ideias, idades e situações diferentes, que precisam ser respeitadas e atendidas pelos professores responsáveis pela condução do trabalho. Partindo então, desse diagnóstico, podemos refletir sobre as responsabilidades implicadas na contextualização prática individual e coletiva, para interferir e modificar um pouco a realidade desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preliminarmente pela construção desse manuscrito desde a era da colonização em meados de 1500, com os jesuítas engajados no processo da alfabetização, pela evangelização dos homens índios adultos, irrefutavelmente com pesquisadores ou magistrados como o precursor Paulo Freire no empenho de alfabetizar e ou diminuir esses iletrados, proferindo concepções pedagógicas, estatísticas fundamentadas e tantos outros que se enunciam sobre as propostas, da Visão da Educação para a Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, ainda são ponderações insuficientes para ecoar o tema e clamar por medidas contundentes efetivas para findar ou equalizar o distanciamento entre as classes causados pelo capitalismo.

Capitalismo este, que contribui para que o mundo viva em constantes crises, não só econômica e política, mas uma crise de individualismo exacerbado, que reflete um cenário de mal-estar social, de distanciamento racial e a assídua insatisfação do ser humano principalmente no campo das relações humanas. Indivíduos, parecendo viver sobre pressão e tensão globalizado e as aversões de valores são eminentes, havendo uma humanização das coisas e uma coisificação humana, onde fatores essenciais que deveriam ser nato, passam a ser características ofertadas, havendo cada dia mais a desintegração dos vínculos primordiais para

a boa convivência e as relações humanas, vivendo se neste mundo pós-moderno, em que tudo ocorre velozmente com muita praticidade, pouco se dá ou quase nada aos fatores do coração da humanização.

Sendo elas que preparem o terreno emocionalmente antes de usarmos os recursos e técnicas pedagógicas para potencializar o conhecimento dos alunos, o que fica claro que as emoções não são instrumentos de suporte, mas alicerce principal eficaz a consistência da educação, ponto de suma importância, para que nós professores repensemos em bases sólidas, para frear esse falso sistema de inclusão e sanar com medidas e métodos contundentes, a essa engrenagem da desigualdade social, que é a assiduidade do analfabetismo e o sufocamento desses jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Maria do Socorro Dourado. *Áreas de resistência ao programa de alfabetização funcional*: Mobra: Sepes, 1986.

BARCELOS, Valdo. DANTAS, Tânia Regina (orgs). *Políticas e práticas na educação de jovens e adultos*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

COSTA, R.C. *Mobra: 10 anos de atuação*. Rio de Janeiro: Mobra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1982. _____ *Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D`Água, 1993.

_____ *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____ *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2000.

_____ *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

G1.COM. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.ghtml>>. Acesso em: 12 de maio 2020.

BRASIL/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 23 maio de 2020.

TV CULTURA. Disponível em: <<https://tvcultura.com.br/programas/novotelecursofundamental>>. Acesso em: 23

maio de 2020.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001. Vol. 59.

MUNHOZ Antônio Siemsen. *Andragogia a educação de jovens e adultos em ambientes virtuais*. Curitiba: Inter Saberes, 2017.

NEGREIROS, Fauston. CAMPOS, Herculano Ricardo. *A psicologia escolar e a educação de jovens e adultos*. São Paulo: Alínea, 2019.

SAVIANE, Demerval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1985.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de identidade uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.